



Relator recomenda abertura de processo de impeachment

Com a apresentação do parecer feita ontem pelo senador Antonio Anastasia, comissão especial deve discutir o texto hoje e votá-lo amanhã

Ano Volpe/Agência Senado



Integrante do PSDB, Antonio Anastasia lê o parecer em reunião durante a qual voltou a ter a isenção questionada por senadores da base do governo

A abertura de créditos orçamentários sem autorização do Congresso e atrasos nos repasses do governo ao Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, o que caracterizaria operações de crédito ilegais, foram os pontos indicados por Antonio Anastasia para aceitar a denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. Segundo ele, os “fatos criminosos estão devidamente descritos, com indícios suficientes de autoria e materialidade”. Após ser votado na Comissão do Impeachment, texto vai ao Plenário, onde a votação está prevista para quarta-feira. **4 e 5**

Em audiência, movimentos sociais defendem Dilma 8

Comissão vota hoje relatório sobre cassação de Delcídio

O relatório que Ricardo Ferraço apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça afirma que o processo de cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral por quebra de decoro parlamentar está de acordo com todas as regras jurídicas e tem condições de ir para o Plenário do Senado, que dará a palavra final. A comissão

deverá votar hoje o relatório de Ferraço, e a votação em Plenário deve acontecer na terça-feira, segundo estimativa do presidente do Senado, Renan Calheiros. O Conselho de Ética recomendou que o mandato de Delcídio seja cassado. Ele é acusado de tentar atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato. **3**



Ferraço (C) relata o caso Delcídio na Comissão de Constituição e Justiça

Proposta prevê torneira automática em banheiros 7

Região integrada do DF pode ganhar 13 municípios 6



Garibaldi Alves Filho (C) preside debate na Comissão de Infraestrutura

Debate: novas regras sobre voos não podem prejudicar passageiro

Participantes de debate sobre as novas normas para bagagem e passagens aéreas propostas pela Anac avalia-

ram que as mudanças devem estimular as empresas, mas pediram garantias de que não prejudicarão o consumidor. **7**



Texto aprovado foi o substitutivo de Ana Amélia, entre Flexa Ribeiro e Paulo Paim

Vai para Plenário projeto sobre cuidado odontológico em hospital

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou proposta que obriga hospitais públicos e privados a oferecer assistên-

cia odontológica a pacientes internados. O projeto vai para análise do Plenário e, se aprovado, voltará à Câmara. **6**

MP sobre acordos de leniência na pauta do dia 7

Colegiado aprova indicado para Defensoria 2

Avança texto que inclui MT em fundo constitucional 6

Ações de eficiência energética agora terão verbas 2

MP da distribuição de energia deve ir a votação

O relatório sobre a medida provisória que prorrogou o prazo para que concessionárias de distribuição de energia elétrica assinem o contrato de concessão ou um termo aditivo foi apresentado ontem por Edison Lobão à comissão mista que analisa o texto. Emenda que diferencia a tarifa por região causou polêmica e foi concedida vista coletiva. A comissão volta a se reunir hoje. **7**

Indicação para Defensoria da União vai a Plenário

Após sabatina, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o nome do defensor público Carlos Eduardo Barbosa Paz para a chefia do órgão, que tem a interiorização como um dos maiores desafios

O NOME INDICADO para chefiar a Defensoria Pública da União (DPU), Carlos Eduardo Barbosa Paz, foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator do processo foi José Pimentel (PT-CE). Agora falta a votação pelo Plenário.

Especialista em direito processual penal e em direito eletrônico, Paz atua há cerca de dez anos na DPU. Começou lotado em Fortaleza e se encontra atualmente em São Luís. Integrou o Conselho Superior da DPU, o que, na avaliação dele, permitiu ter a dimensão dos desafios da instituição em todo o país.

Ele informou ao relator que apenas 28,2% das seções judiciárias federais possuem defensores. Confirmou assim que um dos principais desafios da futura gestão, entre os listados pelos senadores da CCJ, é a interiorização para poder prestar assistência jurídica à população carente.

Paz reconheceu, durante a sabatina, que o olhar da instituição para o cidadão costuma extrapolar a perspectiva jurídica.

— A Defensoria, antes de qualquer coisa, cuida das pessoas. As demandas são inesgotáveis e é preciso racio-



Especialista em direito processual penal, Paz atua há cerca de 10 anos na DPU

nalidade e flexibilidade para atendê-las — observou.

Incluído pela segunda vez na lista tríplice para escolha do novo defensor público-geral federal, Paz disse que o trabalho da DPU procura se valer dos mecanismos de mediação e de conciliação para evitar a judicialização de conflitos. Na fase de questionamentos feitos por Benedito de Lira (PP-AL) e Fátima Bezerra (PT-RN), além do relator, Paz lamentou a inexistência de carreira de apoio na instituição, que se vale de voluntários, estagiários e servidores requisitados para

realizar sua missão.

O indicado se dirigiu ao presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), para mostrar como o Senado é sensível ao trabalho da DPU e a contribuição que ela tem dado ao Congresso, como nas comissões de revisão dos Códigos de Processo Civil e Penal. Disse que pode comprovar isso pela leitura do **Jornal do Senado**.

— Fiquei muito contente ao ver que, pelo menos em cada página do **Jornal do Senado**, havia uma temática pertinente à atuação das defensorias no país — ressaltou.

Lei para eficiência energética começa a vigorar

Foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*, a Lei 13.280/2016, que reserva 20% dos recursos das empresas de energia elétrica destinados à eficiência energética para aplicar no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). O programa promove a racionalização do consumo, por meio de ações de combate ao desperdício.

A nova lei é oriunda de projeto (PLS 430/2011) aprovado pelo Senado no dia 7 de abril, na forma de texto substitutivo da Câmara (SCD 24/2015).

A proposta original, de Ana Amélia (PP-RS), previa que investimentos obrigatórios em programas de eficiência energética das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia priorizassem iniciativas da indústria nacional. A mudança, no entanto, acabou não sendo aprovada por já ter sido contemplada na Lei 13.203/2015.

Outra modificação feita pela Câmara, e aprovada pelo Senado, revoga a obrigação de que 60% dos recursos de eficiência

energética sejam aplicados em unidades consumidoras beneficiadas pela tarifa social, em comunidades rurais e de baixa renda. Não há percentual mínimo. A única previsão é de que a aplicação pode chegar a 80% dos recursos. A intenção é não limitar a aplicação nas indústrias, que são responsáveis por grande parte dos ganhos com eficiência energética.

Comitê

A nova lei cria o Comitê Gestor de Eficiência Energética e transfere para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a competência para definir o calendário de recolhimento, as multas, as punições e a forma de pagamento dos recursos que devem ser investidos no Procel.

Ana Amélia comemorou a aprovação do projeto, que considerou especial no momento de crise econômica que o país vive. Segundo ela, a lei pode estimular o crescimento econômico, porque impacta vários programas.

— Não só sobre inovação,

mas sobre investimentos na eficiência energética para o setor industrial e para aqueles programas sociais que tratam da renovação de geladeira velha, que consome muita energia, por nova, que consome menos — disse Ana Amélia.

Tramitação

Aprovado em 2012 no Senado e encaminhado à Câmara, o projeto altera a Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas de energia. O texto voltou ao Senado no final de 2015 e passou pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Infraestrutura (CI).

A maioria das alterações feitas na Câmara foi mantida. Os pontos rejeitados pelos senadores já haviam sido contemplados na Lei 13.203/2015, como prorrogação dos prazos para reduzir os recursos da eficiência energética de 0,5% para 0,25% da receita operacional líquida das distribuidoras de energia.

Comissão de Ciência e Tecnologia oficializa horário de reuniões às 8h45 de terças-feiras

As reuniões ordinárias da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) passarão a ocorrer oficialmente às 8h45 das terças-feiras. A medida consta de projeto de resolução (PRS 14/2016) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto altera o Regimento Interno do Senado, segundo o qual as reuniões da CCT devem ocorrer às 18h de quartas-feiras. Na prática, porém, já vem sendo adotado o horário das 8h45 às terças-feiras.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, José

Pimentel (PT-CE), e será encaminhada em seguida à Comissão Diretora.

A inconveniência do atual horário oficial das reuniões da CCT foi apontada na justificativa do PRS 14/2016. O argumento usado é que, nas quartas-feiras, às 18h, o Plenário do Senado está em pleno funcionamento, realizando, inclusive, votação de propostas.

Pimentel acolheu essa ponderação, chamando a atenção para o fato de o Regimento Interno do Senado proibir o funcionamento das comissões durante a ordem do dia nas sessões deliberativas da Casa.

Sancionada norma que fixa 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil Para Cristo

Foi publicada ontem a Lei 13.279/2016, que institui 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil Para Cristo. O projeto que deu origem à norma (PLC 87/2014) foi aprovado pelo Senado no início de abril.

Fundada em 3 de março de 1956 pelo missionário Manoel de Mello e Silva, a igreja — que começou como

um movimento itinerante de evangelismo — se tornou uma das mais importantes igrejas evangélicas pentecostais do país.

A Igreja O Brasil Para Cristo tem mais de 4 mil congregações em atividade no Brasil e no exterior, em Portugal, Estados Unidos, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Sanidade agropecuária

8h A comissão realiza audiência pública interativa para debater o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

MP 703 Acordos de leniência

9h Apreciação de relatório sobre a MP que dispõe sobre acordos de leniência.

CCJ Relatório do caso Delcídio

9h A comissão vota relatório pela cassação do senador Delcídio do Amaral.

CDH Sistema prisional e crise política

9h A comissão promove audiência pública interativa para debater as condições atuais do sistema prisional brasileiro. Ao meio-dia, audiência pública interativa para discutir democracia e direitos humanos com foco na crise política e as ameaças ao SUS, à democracia participativa e ao Estado democrático de direito.

MP 706 Geração de energia elétrica

10h Votação de relatório sobre a MP que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

IMPEACHMENT Relatório

10h Discussão de relatório da comissão especial, elaborado pelo senador Antonio Anastasia.

CMO Eleição da mesa

10h Eleição da mesa diretora da comissão.

PLENÁRIO PECs na pauta

14h Duas PECs abrem a pauta: a 143/2015, que institui a desvinculação de receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a 159/2015, sobre regime especial de pagamento de débitos públicos decorrentes de precatórios, para os casos em mora.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão Especial do Impeachment. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão vota hoje relatório sobre Delcídio

Relator na CCJ avalia que a recomendação do Conselho de Ética pela perda de mandato atende normas constitucionais. Decisão seguirá depois para o Plenário do Senado

A RECOMENDAÇÃO DO Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado pela cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) atende normas constitucionais, legais e jurídicas, afirma o relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) apresentado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), marcou para hoje reunião extraordinária para votação do relatório. Delcídio será notificado da decisão e de seu direito de se manifestar na sessão ou se fazer representar por seus advogados.

— A cassação de um mandato parlamentar é um ato da maior gravidade e devemos exaurir todo o princípio da ampla defesa — disse Maranhão.

Depois de analisada na CCJ, a recomendação do Conselho de Ética seguirá para decisão final em Plenário. De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, se a votação na comissão for concluída hoje, a questão poderá ir a Plenário na terça-feira.

Delcídio é acusado de quebra de decoro parlamentar por oferecer ajuda para fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, preso na Operação



Ricardo Ferraço (E) com o presidente da comissão, José Maranhão (sentado), e Benedito de Lira (D): votação do relatório deve ser hoje em reunião extraordinária

Lava Jato, e vantagens para evitar a delação premiada do executivo.

Ferraço reuniu em seu voto argumentos apresentados pelo relator no Conselho de Ética, Telmário Mota (PDT-RR). Fez ainda menção às quatro oportunidades de defesa oferecidas a Delcídio pelo colegiado, todas rejeitadas pelo representado mediante apresentação de atestados mé-

dicos. Para Ferraço, o senador petista tentava protelar o rito do processo “para retardar a inevitável decisão que reconheceu ter havido quebra de decoro parlamentar”.

Para o relator na CCJ, foram observados pelo conselho “os princípios constitucionais de ampla defesa, contraditório e devido processo legal”. Ferraço, porém, apoiou a decisão do presidente da comissão de

conceder 24 horas para que Delcídio possa apresentar sua defesa formal à comissão.

O senador foi preso pela Polícia Federal em 25 de novembro de 2015, acusado de atrapalhar as investigações da Lava Jato, após gravação de sua conversa com Bernardo Cerveró, filho de Nestor Cerveró, negociando ajuda para evitar delação do ex-diretor da Petrobras.

A representação ao Conselho

de Ética pedindo a cassação do mandato do senador foi apresentada em dezembro pela Rede e pelo PPS.

Delcídio ficou preso até 19 de fevereiro. Depois disso, não reassumiu o mandato no Senado, apresentando seguidos pedidos de licença médica ou para tratar de interesses particulares. Ontem o parlamentar apresentou novo pedido de licença, por mais 100 dias.

Soulo Cruz/Câmara dos Deputados



Regulamentar as práticas de controle sanitário é um dos objetivos da Comissão de Agricultura, que fará audiência hoje

Modernização da defesa agropecuária em debate

O baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) é tema de audiência pública interativa da Comissão de Agricultura (CRA) agendada para hoje. Participarão do debate representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa).

A audiência pública concluirá o relatório da comissão sobre a Política Pública de Defesa Agropecuária, que servirá de base para projetos

de modernização de práticas e regulamentação de normas sobre o controle sanitário.

O senador Dário Berger (PMDB-SC), autor do requerimento para o debate, argumenta que o marco regulatório do setor está “defasado” e é formado hoje por um conjunto de normas infralegais. Ele recomenda a aprovação de projetos, como o PLS 16/2013 e o PLS 581/2015 — que estabelecem regras para a rotulagem de produtos —, e o PLS 434/2015, que obriga estabelecimentos comerciais a realizar análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.

Na ocasião, o parlamentar salientou que a defesa agropecuária tem papel estratégico para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agronegócio, responsável por 23% do produto interno bruto (PIB) e por cerca de 40% das exportações nacionais.

O senador também lamentou a baixa adesão de municípios ao Suasa: “Uma das causas seria a regulamentação atual, que oferece pouco ou nenhum atrativo para a estruturação dos sistemas de inspeção municipal”, avaliou.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Audiência discutirá futuro da tecnologia da informação e do processo legislativo

A Comissão Senado do Futuro discutirá na segunda-feira a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro. O debate, às 10h, será o primeiro de uma série de quatro audiências públicas sobre o assunto.

Para tratar do primeiro tema — “O futuro da democracia” —, já estão confirmados os nomes dos secretários-gerais da Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados, Luiz Fernando Bandeira e Silvío Avelino da Silva, respectivamente, além dos cientistas políticos Lúcio Rennó e Murillo de Aragão.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da comissão, que é a única a tratar de assuntos internos da Casa, afirmou que a audiência deve ouvir opiniões dos servidores e também do público externo sobre os novos caminhos tecnológicos a serem seguidos a favor do aperfeiçoamento do trabalho do Senado.

— Outra questão importante a ser debatida é a participação do público nos processos de elaboração das

leis. O cidadão pode e deve conhecer e participar de todo o trabalho realizado em nossa Casa, fazendo ele mesmo parte na construção da democracia — disse Wellington Fagundes.

A audiência foi sugerida pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen) em conjunto com a Secretaria-Geral da Mesa. Os dois órgãos do Senado pretendem antecipar as dinâmicas de trabalho para o processo legislativo no futuro, levando em conta, inclusive, o diálogo direto com a sociedade, facilitada pelos canais de comunicação atuais.

O segundo tema — “Indicadores para avaliação da atividade legislativa” — está marcado para o dia 16 de maio, no mesmo horário e local. Devem também ser debatidos os temas “Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo” e “Novos mecanismos de participação popular”, ainda sem data. Segundo a comissão, os debates ocorrerão até o dia 15 de junho.

Antonio Anastasia apresentou o documento na comissão especial, que deve votar o texto amanhã. O relatório seguirá, então, ao Plenário, que decidirá sobre a admissibilidade da denúncia em votação prevista para 11 de maio

Relatório é favorável a abertura do processo de impeachment

O SENADOR ANTONIO Anastasia (PSDB-MG) apresentou ontem relatório favorável à abertura do processo de impedimento da presidente da República, Dilma Rousseff. O parecer foi apresentado na Comissão Especial do Impeachment. O relator considerou que estão presentes os requisitos legais para a admissibilidade da denúncia e os "fatos criminosos estão devidamente descritos, com indícios suficientes de autoria e materialidade".

Esse último procedimento, conhecido como pedalada fiscal, constituiu operação de crédito irregular, segundo o relator, que indicou a vedação expressa feita pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Golpe
Anastasia acolheu a denúncia, que aponta para a irresponsabilidade da chefe de governo e de Estado na forma como executou a política fiscal.

da base do governo de que há um golpe de Estado em curso para afastar a presidente.

— Nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos e com procedimento ditado pela Constituição e pelo Supremo Tribunal Federal — afirmou o senador, lendo o parecer.

Anastasia sublinhou que o impeachment não é figura estranha ao presidencialismo e é uma forma de se responsabilizar o chefe de Estado, que já tem uma posição "muito mais estável e confortável" do que no parlamentarismo.

chment se apresenta como um mecanismo de controle e repressão de delitos presidenciais, tendo o constituinte optado pelo exercício desse controle, quer pelo Senado, quer pelo Supremo Tribunal Federal, a depender da natureza do crime".

— Logo, não há dúvidas de que o impeachment é um processo jurídico-político que tem, por grande virtude, preservar o regime democrático — sustentou o senador.

Anastasia não fez qualquer menção a fatos ligados à Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que investiga corrupção na Petrobras.

O documento será votado pela comissão amanhã, em reunião marcada para as 10h. Hoje, também às 10h, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, terá outra chance para defender as ações do governo.

O senador citou o livro clássico *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, segundo o qual a gestão do dinheiro público é o "ponto mais importante da legislação". Não seria então apenas um problema de governo, mas de Estado, pelo potencial para afetar as futuras gerações.

— Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura, por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas Constituições e, inclusive, já utilizado sem traumas institucionais — disse, durante a leitura.

Ele destacou o papel fiscalizador dos demais Poderes da República. Disse que o "impeachment se apresenta como um mecanismo de controle e repressão de delitos presidenciais, tendo o constituinte optado pelo exercício desse controle, quer pelo Senado, quer pelo Supremo Tribunal Federal, a depender da natureza do crime".

— Logo, não há dúvidas de que o impeachment é um processo jurídico-político que tem, por grande virtude, preservar o regime democrático — sustentou o senador.

Anastasia não fez qualquer menção a fatos ligados à Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que investiga corrupção na Petrobras.

Para Anastasia, a presidente Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade em 2015 ao abrir créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e ao permitir o financiamento da União pelo Banco do Brasil, por conta do atraso nos repasses devidos pelo governo à instituição financeira relativos ao Plano Safra.

Segundo o relatório, "há plausibilidade na denúncia e atendimento aos pressupostos formais". Motivo pelo qual, no entendimento do senador, cabe o afastamento da presidente Dilma.

Nas 126 páginas do documento, Anastasia rebateu a acusação

de que o impeachment não é figura estranha ao presidencialismo e é uma forma de se responsabilizar o chefe de Estado, que já tem uma posição "muito mais estável e confortável" do que no parlamentarismo.

— Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura, por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas Constituições e, inclusive, já utilizado sem traumas institucionais — disse, durante a leitura.

Ele destacou o papel fiscalizador dos demais Poderes da República. Disse que o "impeachment se apresenta como um mecanismo de controle e repressão de delitos presidenciais, tendo o constituinte optado pelo exercício desse controle, quer pelo Senado, quer pelo Supremo Tribunal Federal, a depender da natureza do crime".

O passo seguinte à votação do parecer na comissão, amanhã, é a votação em Plenário, prevista para 11 de maio. Se o relatório for aprovado por maioria simples, Dilma será afastada do cargo por 180 dias até que o mérito da questão seja julgado.



O relator do processo, Antonio Anastasia, e o presidente da Comissão de Impeachment, Raimundo Lira, pedem calma aos senadores, que voltaram a discutir na reunião de ontem

Principais pontos do parecer

Texto diz que denúncia está de acordo com a Constituição e que deve ser aceita. Abertura do processo, afirma relator, se justifica por pedaladas fiscais

Admissibilidade
O voto é pela admissibilidade da denúncia, com a consequente instauração do processo de impeachment, a abertura de prazo para a denunciada responder à acusação e o início da fase instrutória, em atendimento ao disposto no artigo 49 da Lei 1.079, de 1950.

Denúncia
Identificamos plausibilidade na denúncia, que aponta para a irresponsabilidade do chefe de governo e de Estado na forma como executou a política fiscal. Conforme Montesquieu, em seu clássico *O Espírito das Leis*, a gestão do dinheiro público é o "ponto mais importante da legislação". Não é, importante repetir, apenas um problema de governo, mas de Estado, pois tem potencial para afetar as futuras gerações.

Atos da presidente
Nos termos do parecer oferecido pela comissão especial encarregada de examinar a DCR [denúncia por crime de responsabilidade], de 2015, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, os atos supostamente cometidos pela presidente da República que levariam ao enquadramento legal são os seguintes:

- 1) decretos não numerados assinados pela Presidente da República e publicados entre 27 de julho e 20 de agosto de 2015;
- 2) repasses não realizados ou realizados com atrasos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos à equalização de taxas de juros referentes ao Plano Safra, no exercício de 2015.

Fatos criminosos
Consideramos que os fatos criminosos estão devidamente descritos, com indícios suficientes de autoria e materialidade, há plausibilidade na denúncia e atendimento aos pressupostos formais, restando, portanto, atendidos os requisitos exigidos pela lei para que a denunciada responda ao processo de impeachment com base na tipificação submetida e admitida pela Câmara dos Deputados:

- Ofensa aos arts. 85, VI e art. 167, V da Constituição federal, e aos arts. 10, item 4, e art. 11, item 2 da Lei 1.079, de 1950, pela abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional.
- Ofensa aos arts. 85, VI e art. 11, item 3 da Lei 1.079, de 1950, pela contratação ilegal de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União.

Processo legal
A garantia do devido processo legal deve e tem sido observada neste rito do impeachment, especialmente a partir da consideração do código de processo penal como fonte subsidiária desse processo, além de apontamentos doutrinários e jurisprudenciais.

Lei de Responsabilidade Fiscal
Oportuno lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000) dispõe que as ofensas aos seus dispositivos são passíveis de responsabilização por crime de responsabilidade: art. 73. As infrações dos dispositivos desta lei complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

Golpe x impeachment
Cabe refutar as insistentes e irresponsáveis alegações, por parte da denunciada, de que este processo de impeachment configuraria um "golpe". Em primeiro lugar, nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF.

Impeachment
O impeachment nada mais é do que um instrumento de *check and balance* entre os Poderes, o qual tem por escopo apurar a responsabilidade do presidente da República pelo cometimento de crimes de responsabilidade. É um instrumento de horizontal *accountability*.

Base aliada volta a questionar isenção do relator, enquanto oposição acusa governistas de tentarem atrasar processo

Antes de o relator, Antonio Anastasia, começar a ler o parecer, uma série de questões de ordem foram apresentadas por senadores governistas. Todas foram indeferidas pelo presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira, e motivaram discussões com parlamentares da oposição, que reclamaram de uma tentativa do governo de atrasar o processo.

— Admitirmos esse comportamento do senhor relator é dar ao país a certeza de que estamos diante de uma situação já definida, um julgamento já dado, uma farsa, e não um julgamento correto como deve ser. Portanto, quero que fique registrado, neste processo e em ata, esse comportamento em relação à ausência do relator no final da oitiva das testemunhas de defesa.

registros de áudio e vídeo, e foi acompanhada pelas equipes de assessoramento à disposição da comissão — avaliou.

O presidente da comissão também indeferiu questão de ordem de Lindbergh Farias (PT-RR) sobre a escolha de Anastasia como relator. Por ser do PSDB, ele não teria isenção, afirmou o senador, que disse ainda que Anastasia, quando governador de Minas Gerais (2010-2014), editou decretos de crédito suplementar da mesma forma que Dilma.

a legislação dos estados é mais flexível do que a federal e que não é possível, por isso, comparar as ações dele com as de Dilma.

— Os estados têm mais flexibilidade. Se é certa ou errada essa flexibilidade, não sou eu que vou julgar — afirmou relator.

Após reação dos oposicionistas, Lira suspendeu a reunião por dois minutos. Ao retomá-la, rejeitou o questionamento do PT. Senadores da oposição, como Ronaldo Caiado (DEM-GO) e

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), se queixaram do número excessivo de questões de ordem que estariam sendo apresentadas por senadores da base do governo para postergar o impedimento da presidente e "agredir o relator".

Renan afirmou que, se a votação for concluída hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a tendência é de que a cassação seja decidida pelo Plenário na próxima terça-feira.

(Da Presidência do Senado)

Gleisi Hoffmann voltou a reclamar da ausência do relator durante parte da apresentação dos argumentos da defesa do governo, na terça-feira. Anastasia argumentou que precisava de tempo para escrever o relatório, mas a senadora não ficou satisfeita com a resposta e pediu que fosse registrado seu descontentamento:

Lira respondeu que não é razoável contestar a ausência, já que a sessão durou cerca de 12 horas.

— A ausência esporádica dele por alguns minutos e já no encerramento dos debates não invalida ou sequer constrange os trabalhos da comissão, até mesmo porque a íntegra dos debates encontra-se registrada nas notas taquigráficas, nos

registros de áudio e vídeo, e foi acompanhada pelas equipes de assessoramento à disposição da comissão — avaliou.

O presidente da comissão também indeferiu questão de ordem de Lindbergh Farias (PT-RR) sobre a escolha de Anastasia como relator. Por ser do PSDB, ele não teria isenção, afirmou o senador, que disse ainda que Anastasia, quando governador de Minas Gerais (2010-2014), editou decretos de crédito suplementar da mesma forma que Dilma.

— Ele não tem condições de ser relator porque fez os mesmos decretos e, pior, não cumpriu a meta de superavit primário e não respeitou o que diz a Constituição em relação a investimento de educação e saúde — acusou. Anastasia rebateu dizendo que



Na primeira fila, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Magno Malta e Ricardo Ferraço



Renan afirma que Plenário pode votar processo sobre Delcídio na terça-feira

Renan diz que espera votação para definir próximos passos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem que aguarda a decisão da Comissão Especial do Impeachment para depois tomar as demais providências sobre os procedimentos para a votação pelo Plenário do processo contra a presidente Dilma Rousseff.

A Comissão Especial do Impeachment deve concluir a votação do parecer de Antonio Anastasia amanhã. O relatório, que concluiu pela admissibilidade da abertura do impeachment de Dilma, ainda terá que ser votado na comissão para, então, ser submetido ao Plenário.

Após a decisão da comissão especial sobre o pedido de impeachment, Renan deverá se reunir com os demais integrantes da Mesa do Senado, também amanhã, para definir os procedimentos de votação e de segurança que serão tomados pelo Senado.

— Prefiro discutir depois, para não dizerem que estamos precipitando fatos, consolidando a partir de uma discussão que poderia não existir. Hoje eu conversei com o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, para anunciar as medidas que o Senado tomará. Havendo uma decisão da comissão, faremos a leitura do relatório na segunda-feira e vamos marcar num prazo de 48 horas, portanto na quarta-feira, a votação no Plenário do Senado — afirmou Renan.

Delcídio

O presidente do Senado também comentou sobre o processo de cassação de mandato aberto pelo Conselho de Ética contra o ex-líder do governo, Delcídio do Amaral (sem partido-MS), por quebra de decoro parlamentar.

Renan afirmou que, se a votação for concluída hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a tendência é de que a cassação seja decidida pelo Plenário na próxima terça-feira.

(Da Presidência do Senado)

Na pág. 8, discussão sobre o impeachment em audiências

O caminho do processo no Senado

O rito foi definido a partir da Constituição, do Regimento Interno da Casa e do processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992



Hospitais deverão ter assistência odontológica

Pacientes internados que não possam se deslocar a um consultório poderão ser atendidos por odontólogos dentro do próprio hospital, seja ele público ou privado

OS HOSPITAIS PÚBLICOS e privados deverão oferecer assistência odontológica a pacientes internados, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2013 foi aprovado na forma de substitutivo da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e seguirá para análise do Plenário do Senado. Se aprovado, o texto voltará ao exame da Câmara dos Deputados, em face das mudanças do Senado.

A proposta já havia passado pela CAS, mas teve de retornar à comissão em razão de emenda apresentada em Plenário. A emenda, que foi rejeitada pela CAS, restringia a obrigatoriedade da assistência odontológica a pacientes com problema de saúde bucal.

No voto favorável, a relatora observou que o principal objetivo do projeto é o de evitar infecções hospitalares.



Ana Amélia (2ª à esq.) disse que a proposta vai ajudar pacientes tetraplégicos, com fraturas ou traumatismos

A proposta também inclui a assistência odontológica no atendimento e na internação domiciliares do Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto estabelece ainda que os planos de saúde que incluam internação hospitalar devem cobrir a assistência odontológica aos internados.

O atendimento vai depender do consentimento do paciente ou de responsável. Quando a assistência odontológica tiver de ser paga pelo paciente, ele será informado dos custos antes de autorizar o tratamento. A assistência será feita por odontólogo quando prestada em unidade de terapia

intensiva (UTI). Nos outros casos, pode ser feita por outros profissionais habilitados.

Mudanças

O projeto original, do ex-deputado Neilton Mulim, obrigava a oferta de assistência odontológica a todos os pacientes com doenças

crônicas, internados ou não. A relatora na CAS retirou essa exigência, com o argumento de que nem todas as doenças crônicas são graves a ponto de impedir o deslocamento do paciente para um ambulatório ou consultório odontológico. Por outro lado, pacientes tetraplégicos, com várias fraturas ou com traumatismos, podem ficar temporária ou definitivamente impossibilitados de se deslocar.

— Consideramos, por isso, que a medida proposta deve beneficiar todos os internados em hospitais, independentemente da doença ou do agravo à saúde — disse Ana Amélia.

A proposta de Mulim também restringia a obrigatoriedade de prestar assistência odontológica a hospitais públicos e privados de médio e grande porte. O substitutivo de Ana Amélia obriga a assistência ao paciente internado em qualquer unidade de saúde.

Maranhão e Mato Grosso podem ter novas verbas

O estado de Mato Grosso e parte do Maranhão passarão a integrar a zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta (PLS 51/2016), de Roberto Rocha (PSB-MA), segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa. Caso seja também aprovado por esta comissão, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Mato Grosso e a parte ocidental do Maranhão já estão incluídos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). No entanto, os instrumentos de desenvolvimento regional disponíveis para Mato Grosso são os do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), e para o Maranhão, os do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).

Roberto Rocha argumenta

que o reordenamento previsto no projeto é uma questão de coerência com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ele propõe, contudo, que a inclusão das novas áreas no FNO ocorra sem prejuízo da participação nos fundos do Centro-Oeste e do Nordeste.

Se o projeto virar lei, dois diferentes fundos regionais atuarão simultaneamente em Mato Grosso (FCO e FNO) e na parte ocidental do Maranhão (FCO e o FNE). Assim, segundo

o senador, haverá como atender melhor a pré-Amazônia mato-grossense e maranhense com linhas de financiamento que sejam mais identificadas com os processos de produção típicos da Região Norte.

Na ausência do relator, José Medeiros (PSD-MT), Wellington Fagundes (PR-MT) apresentou o relatório. Para ele, a iniciativa permite a adequação dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional às diferentes realidades do país.



Para Wellington Fagundes, projeto estimula desenvolvimento regional do país

Comissão aprova inclusão de 13 municípios na Região Integrada do DF

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que inclui 13 novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride-DF). A proposta (PLC 102/2015 — Complementar) segue agora para votação no Plenário.

O texto inclui nessa região 1 distrito (São Gabriel de Goiás) e 11 municípios goianos (Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício) e 2 cidades mineiras (Arinos e Cabeceira Grande). Outros 22 municípios compõem a Ride-DF.

O relator, Hélio José (PMDB-DF), recomendou a aprovação do projeto. A comissão também aprovou pedido de urgência para a votação final do projeto em Plenário, atendendo o relator.

A lei que se pretende criar

pode beneficiar municípios que apresentam forte ligação com o DF com recursos e convênios em áreas como infraestrutura, transporte, educação e cultura. O papel da Ride é articular esforços da União, estados e municípios para o desenvolvimento de área interdependente e com interesses comuns.

— A ampliação da Ride permitirá desenvolver ações governamentais e viabilizar soluções para os diversos problemas que necessitam da atuação conjunta, buscando promover uma redução das diferenças socioeconômicas em toda a região atendida — defendeu Hélio José.

Lúcia Vânia (PSB-GO) apresentou emenda para também incluir na Ride-DF mais três municípios de Goiás: Gameleira de Goiás, Teresina de Goiás e Colinas do Sul. O relator decidiu pela rejeição da medida para atrasar a tramitação do projeto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senadores questionam novas regras sobre bagagem e passagens

Participantes de audiência na Comissão de Infraestrutura querem evitar que mudanças no transporte aéreo sugeridas pela Anac causem prejuízos aos consumidores

OFIMDA franquias mínimas de bagagens em voos e as mudanças nas regras de cancelamento de passagens que estão sendo estudadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) devem estimular as empresas, mas não podem prejudicar o consumidor. O alerta foi feito por senadores, após ouvirem os participantes de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ontem.

A Anac propõe a revisão das Condições Gerais de Transporte Aéreo. A minuta com as alterações pretendidas já foi divulgada. Uma das propostas é o fim da franquia gratuita de bagagem para os usuários. Outra é a possibilidade de o consumidor desistir do voo nas primeiras 24 horas após a compra e ser totalmente reembolsado.

O superintendente de Acompanhamento de Assuntos Aéreos da Anac,

Ricardo Bisinotto Catanant, disse que, no caso da franquia mínima de bagagens, a ideia é dar mais flexibilidade e adequar o setor à prática internacional.

— Queremos possibilitar diferentes serviços de tarifas com ou sem franquia. No resto do mundo, com exceção de México, Bolívia e Rússia, nenhum país estipula a regra de bagagem — disse.

Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Eduardo Sanovicz afirmou que a franquia hoje, de 23 quilos para voos domésticos e 64 para voos internacionais, acaba engessando a oferta de bilhetes. Já o coordenador-geral da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Igor Britto, sugeriu que a nova regulamentação deveria prever um mecanismo de revisão que



Eduardo Sanovicz, Ricardo Catanant, Garibaldi Alves Filho, José Elaeres e Igor Britto em audiência

permita que os envolvidos e afetados possam voltar a se manifestar após um período de experiência dos impactos realmente causados pela norma.

— Os Estados Unidos chamam isso nas regulações de *sunset clause*. São prazos de validade após os quais não necessariamente se extingue o efeito da norma, mas fazem que ela seja revisada no processo — afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que as novas regras precisam estar bem claras, caso contrário o passageiro acabará pagando mais pela bagagem

do que pelo próprio assento.

— Quando há excesso de bagagem a companhia cobra 1% do preço da passagem por quilo de excesso. Tarifa cheia! Olha o risco que o usuário vai correr. Tem que ser muito estudado — disse.

O subprocurador-geral da República José Elaeres propôs, em vez do fim da franquia, descontos nas passagens para quem levar menos ou nenhuma bagagem, e que o prazo para desistência da compra com ressarcimento integral seja de 24 horas nas lojas físicas e de 7 dias em vendas on-line ou por telefone.

Tarifa de energia diferente por região é polêmica

Foi apresentado ontem o relatório sobre a medida provisória que prorrogou de 30 para 210 dias o prazo para que o concessionário de distribuição de energia elétrica assine o contrato de concessão ou o termo aditivo, a partir da decisão do poder concedente pela prorrogação.

O texto foi apresentado por Edison Lobão (PMDB-MA) à comissão mista que analisa a MP 706/2015. O relator manteve o prazo, mas algumas emendas acatadas causaram controvérsia entre os parlamentares. Por isso, foi concedida vista coletiva e a comissão voltará a se reunir hoje, quando poderá votar a proposta. Participam também das discussões técnicos do Ministério de Minas e Energia.

Como ressaltou Lobão, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custeia políticas públicas setoriais em todo o país e, por uma questão de justiça distributiva, é paga em maior proporção pelos consumidores das Regiões

Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O deputado Fabio Garcia (PSB-MT) reclamou que as emendas incluídas por Lobão aumentarão a proporção na incidência das tarifas. Segundo ele, hoje os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste “pagam 4 vezes e meia a mais em suas contas, se comparados com os consumidores das Regiões Norte e Nordeste, e essa diferença vai aumentar”.

— É absurdo, na prática milhões de consumidores de baixa renda do Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão subsidiando ricos do Norte e do Nordeste — afirmou.

Em resposta, Lobão disse que o trabalho é calcado em mais uma tentativa de “fortalecimento do setor elétrico brasileiro”. O senador lembrou a gestão dele no Ministério de Minas e Energia (2008-2014), quando disse ter dado continuidade ao que foi feito pelo ex-presidente Lula desde 2003: “Geramos mais energia nova nesse país do que o que havia sido feito desde que acen-

deram a primeira lâmpada elétrica por aqui”.

O relator disse que em diversas localidades, especialmente na Região Norte, os custos de operação e manutenção são “bem mais elevados”. Os níveis de perdas são maiores, em decorrência de grande dispersão territorial, grandes áreas de floresta tropical e outras características físicas.

— Esses custos mais elevados não são plenamente repassados aos concessionários, o que significa que a receita percebida não é suficiente para operar e investir na adequada prestação do serviço.

Transição

Lobão afirmou que as tarifas praticadas nessas regiões ainda estão acima da capacidade de pagamento do consumidor local, resultando em um elevado nível de inadimplência e em furto de energia. Ele afirmou que as mudanças propostas, com tarifas diferentes para as regiões, são “transitórias, com prazos finitos obedecendo a ciclos de 5 e 10 anos”.

O relatório foi elogiado por Romero Jucá (PMDB-RR), para quem a aprovação da medida é “urgente” para o Norte. Para ele, negociações mais estruturais em torno do modelo elétrico serão aprofundadas a partir do impeachment de Dilma Rousseff e a formação de um novo governo.

— Roraima, por exemplo, tem sofrido com apagões cada vez mais frequentes, pois metade da nossa energia vem da Venezuela, que passa por uma profunda crise — afirmou.

Votação do relatório da MP que altera acordos de leniência deve ser hoje

A votação do relatório da medida provisória que altera as regras dos acordos de leniência previstos na Lei Anticorrupção foi adiada para hoje, às 9h, na comissão mista encarregada de emitir parecer à MP 703/2015.

Ontem a medida voltou a provocar divergências entre os parlamentares. O relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), explicou que promoveu o aperfeiçoamento das competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Controladoria-Geral da União (CGU),

“hoje sombreadas”. Ao Cade, explicou o relator, caberá tratar da legislação envolvendo concorrência, enquanto a CGU vai se concentrar nas violações à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).

Pimenta destacou que o relatório mantém as competências do Ministério Público e do TCU que se encontram na Lei Anticorrupção e na medida provisória. Entre as mudanças, estão maior celeridade e estímulo aos acordos de leniência e a participação do Ministério Público nesses processos.



Comissão mista da MP 703 pode aumentar o papel do Ministério Público

Avança projeto sobre uso de torneira automática em banheiros públicos

A instalação de torneiras com dispositivo de vedação automática de água pode se tornar obrigatória em todos os banheiros destinados ao público. Aplicável aos novos edifícios, públicos ou privados, a medida é prevista em projeto (PLC 51/2014) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta

segue agora para decisão final da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Segundo o autor, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o objetivo é minimizar os riscos de “colapso” no abastecimento hídrico.

Para o relator, senador Wellington Fagundes (PR-MT), não resta dúvida quanto à importância ambiental, econômica e social do tema.



Relatório do senador Lobão, ex-ministro de Minas e Energia, será votado hoje

Debatedores apontaram em audiência pública que eventual impeachment de Dilma Rousseff deverá fazer o Brasil perder avanços feitos nos últimos anos na área social

Movimentos sociais planejam reforçar resistência

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais e do governo federal disseram que temem perder direitos conquistados nos últimos anos caso a presidente Dilma Rousseff sofra impeachment. Numa audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), eles afirmaram que vão resistir nas ruas contra o eventual impedimento de Dilma, que consideram “golpe contra o processo democrático”.

— O objetivo não é somente tirar a presidente, mas acabar com todas as conquistas sociais que obtivemos nos últimos anos — disse Jefferson Lima, chefe da Secretaria Nacional de Juventude (ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República).

Os participantes do debate descreveram os articuladores do impeachment como “intolerantes, racistas e preconceituosos” e destacaram que, antes do governo do PT, a população negra, jovem e pobre era invisível. A inclusão social, o acesso à educação e outros avanços foram citados para justificar a posição a favor da Dilma Rousseff.

— Pela primeira vez, temos acesso à dignidade e à cidadania. Pela primeira vez, o agricultor familiar pode entrar num banco e pedir crédito. O que se vê agora é um golpe recheado de um profundo ódio de classe — afirmou Auri Junior, da Federação dos Trabalhadores na



O senador Paim (2º à esq.) durante a audiência em que representantes de movimentos sociais atacaram impeachment

Agricultura Familiar do Estado do Ceará (Fetraf-CE).

O diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, disse que a universidade tem sido um centro em defesa da democracia, com comitês de alunos fazendo atos contra o impeachment em todo o país.

Privilégios e direitos

Na opinião da presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Tamara Naiz, a democracia é a condição principal para a existência da entidade, que reúne pesquisadores e cientistas. Contrária ao impeachment, ela pediu uma “resposta contundente da sociedade brasileira” aos “arquitetos do impeachment”.

— Eles querem privilégios e nós lutamos por direitos. Isso nos diferencia muito — avaliou.

Dediane Souza, da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT), alertou para o “projeto conservador” em curso no país, com predomínio da homofobia e da violência:

— Não nos é dado acesso aos direitos básicos e fundamentais. Eles querem fazer um processo de higienização social, com o fundamentalismo religioso. Querem nos criminalizar e encarcerar mais. Não respeitam a nossa identidade de gênero. O que está em jogo não é apenas o mandato da presidente da República. Somos nós que vamos sofrer.

A coordenadora de Juventude da União Brasileira de Mulheres (UBM), Maria das Neves de Sá, reafirmou a esperança no governo Dilma, que, segundo ela, “tem mudado a vida das

mulheres e da juventude”.

— O golpe em curso é machista é misógino, atua contra o povo, contra a mulher e contra o trabalhador e a trabalhadora — disse.

Moralistas

Para o presidente do Conselho Nacional de Juventude, Daniel Souza, o processo de redemocratização do país ainda não alcançou a plenitude. Ele apontou o pequeno número de deputados federais eleitos pelo número de votos que obtiveram, em comparação com expressiva maioria com mandato garantido apenas graças ao coeficiente eleitoral.

Ao citar as várias acusações na Justiça contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, Souza afirmou o que o pedido de impeachment foi feito por “moralistas

sem moral”, que querem cassar o mandato de uma presidente “eleita democraticamente e sem crime algum”.

— Quem escolhe a presidente: a soberania popular ou o mercado? Quem é que denuncia os limites da democracia? Somos nós, mulheres, jovens, negros, pobres. Precisamos ocupar os espaços de poder e radicalizar, garantir a democracia para ir além dela.

Erros do governo

Houve críticas ao atual governo, principalmente, segundo parte dos debatedores, por ter se afastado dos movimentos sociais ao longo do tempo.

Samuel Werneck, da Pastoral da Juventude, e Délio Alves, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, citaram o “prejuízo das alianças equivocadas” que o governo fez com grupos políticos, empresas e o agronegócio, além de projetos como o da Usina de Belo Monte.

— Para nós, povos indígenas, a democracia se resume ao direito à terra, para continuarmos a viver nossa cultura e tradições. Nós, mais do que ninguém, sabemos o que são a opressão e a violência, porque estamos há mais de 500 anos lutando e sobrevivendo — afirmou Alves.

A audiência fez parte do ciclo de debates sobre a democracia realizado pela CDH por iniciativa do presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Debatedores pedem antecipação de eleição presidencial

Plebiscito e eleições diretas imediatas foram sugeridos ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, como medidas para superar a crise política.

Na avaliação do maestro Renio Quintas, a crise não pode permitir a agressão a direitos constitucionais, como o do voto. Em sua avaliação, o Congresso Nacional deve dar condições para que a presidente Dilma Rousseff continue governando.

— Importa é a gente defender a democracia, esse precioso patrimônio que levamos tanto tempo para

adquirir, mesmo com todos os erros e defeitos. Um Parlamento responsável vai criar condições para que ela governe.

Essa foi a segunda audiência pública do ciclo de debates da CDH que aborda a democracia e os direitos humanos na comissão. O foco foi a cultura.

A democracia, na opinião do ator Murilo Grossi, é mais ampla do que o debate que é feito atualmente, pois deve incluir a cultura, as instituições e a mídia. Para superar a crise, ele defende um plebiscito sobre uma

Constituinte que faça uma profunda reforma política.

— Esta crise vai muito além da democracia ou da questão do golpe. A tese que eu advogo é que nós jamais vivemos numa democracia. Qualquer discussão que possamos fazer hoje sobre democracia tem que passar pelo debate da questão da democratização da mídia e da comunicação brasileira — afirmou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a saída é convocação de eleições imediatas:

— Nós estamos diante de uma situação em que a presidente da República não tem condições de governo mais. Ela perdeu essas condições dentro do Congresso Nacional e tem uma oposição dura por parte da própria população. A solução seria só uma, na minha visão: a convocação de eleições antecipadas pela própria Dilma, através de uma proposta de emenda constitucional enviada ao Congresso.

Comissão faz audiências hoje sobre prisões e efeitos da crise política na saúde pública

A Comissão de Direitos Humanos fará hoje, às 9h, uma audiência pública sobre as condições do sistema prisional do país. Logo em seguida, às 12h, fará um debate a respeito dos efeitos da crise política sobre a democracia e a saúde pública.

A primeira audiência foi proposta por Hélio José (PMDB-DF) e deverá contar com a participação do diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Renato Campos Pinto De Vitto. O Depen é ligado ao Ministério da Justiça.

Também deverão falar no debate o subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, Anderson Jorge Damasceno Espíndola; a segunda-vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, Marcele Alcantara, e o presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal, Leandro Allan Vieira.

A segunda audiência pública, proposta pelo senador Paulo

Paim, dará continuidade ao ciclo de debates da CDH sobre democracia e direitos humanos. Desta vez, o foco está na crise política e nas ameaças ao Sistema Único de Saúde (SUS), à democracia participativa e ao estado democrático.

Foram convidados para o debate a titular da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Lenir Santos; o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos; o assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) André Luiz de Oliveira; o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso Silva; e o representante da Central Única dos Trabalhadores no Conselho Nacional de Saúde, Geordecio Menezes de Souza.

As duas audiências serão interativas, com a possibilidade de participação popular.



O maestro Renio Quintas e a cantora Célia Porto se apresentam na audiência

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela